

Ludgero Barata e Rubião: professores, forma do romance e processos sociais brasileiros

Carlos Rogerio Duarte Barreiros¹

RESUMO

A análise da trajetória de Rubião – empreendedor malogrado e professor machadiano de *Quincas Borba* – no primeiro capítulo do romance, o qual se regozija de ter ascendido da condição de professor à de capitalista, revelará de que maneira as ideologias estrangeiras do trabalho adquirem feição específica no Brasil, que acaba por resultar, em termos concretos, na degradação da profissão docente no país.

Palavras-chave: Machado de Assis; Quincas Borba; Romance Brasileiro

ABSTRACT

This is the analysis of the trajectory of Rubião, an unprosperous entrepreneur and professor in Machado de Assis' *Quincas Borba*, in the first chapter of the novel. The character, who brags around his rising from the condition of teacher to the status of a Capitalist, will reveal how foreign labor ideologies acquire distinctive features in Brazil, resulting, in concrete terms, in the degradation of the teaching career in Brazil.

Key words: Machado de Assis; Quincas Borba; Brazilian Novel

Nem sempre os leitores de Machado de Assis se lembram de que a profissão por meio da qual o narrador de *Quincas Borba* apresenta Rubião é a de professor:

Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão de chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra cousa. Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. (OC2, p.641)

A primeira referência do texto a Rubião é revestida de estaticidade ou de imobilidade – ele “*fitava*” a enseada, que é um “pedaço de água *quieta*”, “com os polegares metidos no

¹ Doutorando em Literatura Portuguesa da USP.

² Todas as referências à obra de Machado de Assis foram extraídas da Obra Completa a que nos referiremos neste texto como OC, abreviação seguida da página. A edição utilizada figura nas Referências Bibliográficas, ao final.

cordão de chambre”. Pode acorrer à mente do leitor a imagem cismática do filósofo do título, já conhecido das *Memórias Póstumas*, como se Rubião emulasse, ao menos no que diz respeito aos meneios, aquele que lhe deixou o legado que o fará passar de professor a capitalista: Quincas Borba. Com efeito, Rubião “cotejava” – em exercício claramente intelectual – o passado com o presente e terá este momento da vida em alta conta, na exata medida da fortuna que herdou, em oposição ao pretérito de empreendimentos malfadados: “Rubião não esquecia que muitas vezes tentara enriquecer com empresas que morreram em flor” (OC, p.653). Capitalista é certamente, pelo menos na avaliação de Rubião, melhor do que professor.

Observemos ainda que a expressão “em verdade vos digo” guarda raízes bíblicas, sugerindo o distanciamento do narrador, alçado a certa condição divina. No trecho a seguir: “Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma *sensação de propriedade*”. (OC, p.641, grifo nosso).

A *sensação de propriedade* parece ter alterado a impressão de Rubião a respeito do que o cerca: as chinelas, a casa, o jardim, a enseada, os morros e o céu – em gradação crescente e explícita –, tudo parece pertencer ao protagonista, cujo capital tudo pode comprar. Das chinelas ao céu – onde pode figurar o narrador, cujo traço de linguagem é bíblico –, tudo soa submetido ao capital que Rubião herdou de Quincas Borba. Apesar de imóvel, Rubião empreende uma observação vertiginosa, que o narrador acompanha de perto: na mesma medida que se deslocara *de professor a capitalista*, seu olhar parte *das chinelas ao céu* – e o primeiro parágrafo soa aos olhos do leitor como placa que acena aos leitores-visitantes de que tratará a obra. A inscrição sobre o portal do Inferno, na *Divina Comédia* de Dante, soa-lhe dura em excesso; igualmente, os “tiros que o senhor ouviu foram briga de homem não”, avisa o Riobaldo ao interlocutor culto, de “sumo doutoramento”, e o bezerro branco, eroso, com “cara de gente, cara de cão” também cumprem, no *Grande Sertão: Veredas*, esse papel de portada e de aviso. Aqui, no terceiro capítulo, Rubião “não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço, e assim se explica este par de figuras que aqui está na sala, um *Mefistófeles* e um *Fausto*” (OC, p.641, grifos do autor). Queremos dizer que o narrador dá a feição geral da obra já em sua portada: trata-se de romance que tratará de ascensão social – repentina para Rubião, gradual para Palha; cruel para aquele professor (que pode ser entendido, segundo John Gledson (2006), como alegoria do Brasil), gratificante para

este zangão da praça (o especulador financeiro, que, segundo o mesmo Gledson, passa a ser tipo frequente da obra machadiana a partir de *Quincas Borba*).

Por que Rubião é *professor*, antes de ser capitalista? Por que exatamente essa profissão teria sido escolhida para caracterizar a personagem que, na leitura de John Gledson, pode ser entendida como alegoria do Brasil? Acreditamos que as respostas – jamais definitivas, é claro, especialmente quando se trata de obra de Machado de Assis – guardam relações com a forma literária específica adotada pelo escritor. Neste texto, partiremos do pressuposto de que a forma literária encerra traços residuais da realidade material sobre a qual foi erigida, de modo que a investigação de um aspecto de *Quincas Borba* terá de nos levar, inevitavelmente, à realidade brasileira do século XIX, especificamente nos anos de 1867 a 1871, nos quais se passa a narrativa do romance. Da forma literária aos processos sociais e destes de volta à obra – eis o traçado, em linhas gerais, que pretendemos seguir.

Reger “uma escola de meninos” (OC, p.643) era ocupação comum a homens brancos livres sem propriedades rurais, mas de algum conhecimento rudimentar, minimamente suficiente para ensinar as primeiras letras. De forma geral, tratava-se de uma tentativa de obter renda de forma mais ou menos independente, afastando-se em alguma medida da lógica do favor em torno da qual orbitavam homens livres como Rubião e que ficaram imortalizados nos superlativos de José Dias, o agregado de *Dom Casmurro*. Sabemos que Rubião, “Antes de professor, metera ombros a algumas empresas, que foram a pique” (OC, p.643) – o que assevera a hipótese de que havia, em certa medida, na personagem, o intento de ganhar a vida sem depender de grandes proprietários. A ocupação de professor seria, portanto, mais uma entre elas.

O diálogo de *Quincas Borba*, ainda vivo, e Rubião, no sexto capítulo, em que este aceita ser discípulo daquele, ocorre enquanto ambos caminham, em alusão ao método peripatético. Mas, no romance machadiano, o mestre é louco, sua filosofia se baseia em observações vulgares da realidade e o aluno repete diversas vezes a mesma pergunta – “Mas que Humanitas é esse?” – ou é interrompido pelo preceptor. Como apresentaremos a seguir, essa corrupção da imagem clássica, em que filósofo e discípulo correspondem à aparência da tradição filosófica, mas estão ociosos de seu conteúdo, se repetirá no romance na criação do Humanitismo – um arremedo de sistema filosófico – e na apropriação equivocada dos ideais desse sistema por parte de Rubião. De modo conciso, acreditamos que o professor e empresário malgrado supõe-se “vencedor”, nos termos do Humanitismo, sem ter, entretanto, batalhado pelas “batatas”, que conquista exatamente porque representa o branco pobre cuja consciência ainda opera na lógica do favor, e portanto da subalternidade – presa fácil para um

“zangão da praça”, este de fato um vencedor cujas batatas se acumulam ao longo do romance, porque Palha representa uma nova classe social que, ao contrário do professor subordinado, conquista a própria fortuna por meio da astúcia nas operações do mercado financeiro. A feição *hesitante* de Rubião, entre a *sensação de propriedade* que o aproxima das classes dominantes escravistas mais conservadoras e a *inteligência de mercado*, mais afeita ao espírito modernizante do capitalismo do século XIX, que lhe bafejava os empreendimentos como a docência, ganha expressão máxima nos pés não lhe obedecem frente ao evento marcante que dá sustentação à experiência nacional contraditória de que ele é a alegoria – a escravidão, todo o arbítrio e violência que dela decorrem, no famoso episódio do enforcamento: “Eis que o réu sobe à forca. Passou pela turba um frêmito. O carrasco pôs mãos à obra. Foi aqui que o pé direito de Rubião descreveu uma curva na direção exterior, obedecendo a um sentimento de regresso; mas o esquerdo, tomado de sentimento contrário, deixou-se estar”. (OC, p.677)

Na obra *Machado de Assis: Ficção e História* (1986), de forma geral, John Gledson defende que Machado de Assis empreendeu, no que tradicionalmente se chamou “período da maturidade”, a tarefa de contar a história do Segundo Império. Para o crítico, *Quincas Borba* é romance fundamental na arquitetura desse projeto literário, já que as ações da obra ocorrem entre os anos de 1867 e de 1871, período em que já se divisava – ao menos de modo simbólico – a decadência do Brasil rural e, portanto, rigorosamente agrário e escravista, e a ascensão de outro, urbano e pontilhado de traços descontínuos das vagas comerciais, industriais e tecnológicas. É preciso deixar claro desde as primeiras linhas: especialmente em nações coloniais e periféricas como o Brasil, esses influxos são intervalados e rigorosamente dependentes dos ciclos econômicos dos países centrais, daí a impressão de superposição de arcaísmos e modernidades. Em outras palavras, o mesmo Brasil que experimentava a *febre das ações* de 1855, devido à disponibilidade de capitais não mais destinados ao tráfico de escravos, era o Brasil que insistia na sobrevivência da instituição da escravidão; Palha tem tino para o mercado financeiro e dá início à sua escalada social em 1864, em plena crise das falências bancárias. Sem investigar as minúcias dessas duas passagens delicadas da vida financeira do Segundo Império, importa assinalá-las aqui como momentos de enriquecimento de personagens machadianas – Santos, pai de Pedro e Paulo, os gêmeos de Esaú e Jacó, fez fortuna em 1855. Para Gledson, essas personagens que vivem para a conquista de vantagens pecuniárias povoam os romances machadianos na exata medida em que atracavam no Brasil os interesses, as instituições e as ideias do capital estrangeiro. Sem a intenção de simplificar as personagens a apenas esse aspecto, Palha e Santos podem ser entendidos também como

manifestações de uma fenda que se abria no solo seguro e secular do Brasil escravista e agroexportador: da estrutura econômica dos países do centro advinha o espírito da Revolução Industrial, que chegaria ao Brasil na forma daquelas vagas que citamos acima.

Mas a dinâmica entre estrutura e superestrutura não é obrigatoriamente simétrica, nem espelhada: ideias e instituições liberais alcançaram o Brasil – ou pelo menos, as classes sociais que davam as cartas por aqui – muito antes da modernização das relações de trabalho. Essa justaposição de escravidão e ideias liberais é que dá, grosso modo, sustentação à pesquisa de Roberto Schwarz a respeito da obra de Machado de Assis (1992, 1997, 1998). De forma geral, pode-se afirmar que a nossa escravidão era a excrescência necessária – do ponto de vista dos países do centro, evidentemente – do crescimento desigual e combinado do capital pelo globo. Não se trata de verificar que as ideias e instituições chegam tardiamente ao Brasil, e que se superpõem a outras, que as precederam, mas que são todas da mesma cepa – as primeiras substituídas pelas novas, sem superação, apenas por meio de substituição.

Essa dinâmica é conhecida de qualquer brasileiro – e talvez possa ser generalizada para as nações latino-americanas, respeitados os processos históricos específicos de cada lugar. Nossas capitais guardam arquiteturas e classes sociais justapostas, nossa melhor e nossa pior canção popular retêm “gestos” de avanço e recuo, de feição tropicalista ou bossanovista (TATIT, 2004), pra ficar apenas no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda pressagiava, nas *Raízes do Brasil* (1987), que qualquer conquista nacional soaria sempre como resultado de outra cultura e de outras paragens. Não faltam em nossa cultura sinais de que nossa experiência é marcada pela sensação de *contradição*, um dos resultados daquela superposição.

Conhecemos bem as bizarras ou as obras-primas que podem ter origem nessa lógica. Na segunda categoria figuram as obras de Machado de Assis. Mais especificamente, John Gledson lê em *Quincas Borba* uma alegoria da história nacional: Rubião será ele próprio a alegoria do Brasil hesitante entre o escravismo rural e aristocrático – assinalado na sensação de propriedade do primeiro capítulo – e as relações modernas de trabalho – como as tentativas de livre empreendimento: “Parece altamente provável que, já em 1886, ele [Machado de Assis] pensasse em seu herói [Rubião] como representante não de uma classe ou de uma geração, mas da nação brasileira” (GLEDSON, 1986, p.71). Para o autor, a loucura de Rubião, estava programada e sinalizava o “sentido histórico do Brasil” (*Ibid.*, p.71). A alegoria estaria diretamente associada ao enriquecimento rápido ligado ao café – o nome Rubião aludiria a *rubiaceae*, designação latina “do gênero ao qual pertence a planta do café”. E afirma categoricamente: “Desta maneira alegórica, estabelecida já no início do romance, Machado realmente associa o personagem com o país: como o Brasil, Rubião enriqueceu

subitamente e desperdiçará essa fortuna, deixando-se esbulhar por capitalistas cujos verdadeiros interesses estão no exterior”. (*Ibid.*, p.71)

Com efeito, Rubião parece corresponder ao *Brasil* dos anos de 1867 a 1870 – em que foram plantadas as alterações que culminariam na Abolição e na Proclamação da República, mas em solo radicalmente hostil a essas sementes. Como a experiência histórica nacional é marcada pela superposição de arcaico e de moderno, sem que um necessariamente anule o outro, mas de modo que aquele sempre abrace a este de modo a conformá-lo às especificidades nacionais, um passando obrigatoriamente pelo outro, não em dinâmica *a contrapelo* (como queria Walter Benjamin (2012, p.13) que a história fosse investigada pelos materialistas), mas em empatia, o resultado final é sempre uma contradição em termos, de certa forma *insolúvel* – a casca aparentando modernização, o núcleo carregado de conservação, expressão final da imobilidade vitoriosa das classes dominantes brasileiras. Talvez seja essa a causa da *loucura* de Rubião, já que nele estão, de alguma forma, inscritos traços de liberal exaltado (GLEDSON, 1986, p.88-89) e a violência do escravista, ainda que de modo inconsciente:

Ele [Machado de Assis] pretendia que seu personagem retratasse, através de seu inconsciente e de sua incipiente loucura, os conflitos não apenas do provinciano que enfrenta uma sociedade metropolitana, despojado de armas, mas cheio de dinheiro e com uma filosofia louca, mas os conflitos com os quais estava aturdida a sociedade brasileira, mesmo em níveis dos quais essa sociedade não poderia ter inteira consciência. De certa maneira – tomando a liberdade de empregar essa frase num sentido não junguiano – Rubião era um “inconsciente coletivo”. (*Ibid.*, p.81)

Se partirmos do pressuposto de que *Quincas Borba* é um romance delineado pelos modos de ascensão social no Brasil do século XIX – e acreditamos que o é – verificaremos que, além da ascensão por meio de herança ou de casamento, apresenta-se na obra uma outra, a ela justaposta – o enriquecimento por meio da especulação financeira. Detenhamo-nos no processo experimentado por Rubião, contrário ao vivido por Palha e Sofia. A “sensação de propriedade” das primeiras linhas do romance certamente aponta para certo regozijo do proprietário rural brasileiro que lembra o ponto de vista da morte das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, alçado à elevação divina, como se lhe pertencessem as areias da praia, a Enseada de Botafogo, o Pão de Açúcar e até o céu que paira sobre tudo isso. Aqui Rubião assevera, portanto, a consciência da classe dominante que até pouco tempo antes o subalternizava. Mas o intenso deleite da propriedade já está maculado, a seguir, pela presença

de empregados brancos e estrangeiros, devido à sugestão de Palha. Nesta minúcia, reponta a alegoria identificada por Gledson: a Rubião bastaria o “bom pajem”, “como um pedaço de província” (OC, p.641-642) – na lógica tradicional da classe dominante que se transferiria para o Rio de Janeiro, vendendo fazendas e escravos, reinvestindo o capital em propriedades urbanas e escravos de ganho. É o que fará, por exemplo, a mãe de Bentinho, no *Dom Casmurro* (OC, no capítulo VII, “Dona Glória”, p.814); mas em *Quincas Borba* a natureza hesitante (e de homem branco pobre, professor, antes de enriquecer subitamente) de Rubião leva-o, primeiramente, à intenção de vender os escravos todos: “Era plano deste vender os escravos que o testador lhe deixara, exceto um pajem” (OC, p.656); depois, em processo de atenuação, o ex-professor acaba por aceder à sugestão – claramente modernizante, de Palha, ao menos no plano das aparências – de empregar imigrantes. Podemos lê-la como resultado de certo *novo-riquismo* de Palha e como parte da alegoria observada por Gledson, sem que uma leitura anule a outra.

Atentemos agora ao *flash-back* efetuado pelo narrador, especialmente na apresentação do Humanitismo, que Quincas Borba faz a Rubião. São conhecidas as passagens a respeito da morte da avó do filósofo e louco, além da famosa batalha das tribos que culmina numa das máximas machadianas mais repetidas: “Ao vencedor, as batatas”. Partamos do pressuposto simples de que o Humanitismo é sátira a diversas correntes de pensamento do final do século XIX – “o Positivismo, o Darwinismo social e o Naturalismo, para citar os mais óbvios” (GLEDSON, 1986, p.73), todos eles, de alguma forma, expressões do que se pode chamar de *teoria tradicional* (FREITAG, 1988), afinal a validade do princípio fundamental e mais abstrato, *Humanitas*, é demonstrada por meio de induções a partir de dados concretos duvidosos – para dizer o mínimo.

Se o Humanitismo em si já é sátira, a apropriação que Rubião faz da filosofia capenga de seu testador é *subversão dessa sátira* – nos termos propostos por Roberto Schwarz: “adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviriam de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor” (SCHWARZ, 1992, p. 17). O movimento é complexo e requer mais espaço do que o que temos aqui disponível. Retenhamos apenas o dado de que Rubião leva às últimas consequências essa apropriação equivocada: entende que a herança recebida é resultado de mérito pessoal, raciocínio contraditório de partida. Os empreendimentos frustrados de Rubião, citados de passagem, são, já em si mesmos, resultados daquela proximidade desse personagem com o ideário mais avançado do tempo – isto é, o da liberdade de empresa. Não será impróprio supor que, esmagado pelas adversidades locais (que não permitem o

florescimento de negócios além da lavoura e do tráfico de escravos), Rubião se relega ao ensino e depois aos cuidados de Quincas Borba – e é esta última ocupação a que lhe rende a fortuna e o “sentimento de propriedade” do primeiro capítulo. Escolado de orelhada no Humanitismo, Rubião apropria-se da apropriação para justificar o legado que recebeu. Mas é evidente que o papel de enfermeiro, confidente e amigo de Quincas Borba dista radicalmente do trabalho ou da astúcia para os negócios que se pode verificar em Cristiano Palha.

Sabemos que, ainda criança, Quincas Borba era aluno, junto com Brás Cubas, de Ludgero Barata, outro professor de meninos, ocupação que levou a cabo “durante vinte e três anos, calado, obscuro, pontual, metido numa casinha da Rua do Piolho, sem enfadar o mundo” (OC, p.530) com a própria mediocridade. A única homenagem que recebe é o nome completo registrado no Capítulo XIII das Memórias Póstumas, intitulado “Um salto”. Quincas Borba, amparado pelos extremos maternos, era cruel com o professor e, quando brincava com outros meninos, escolhia sempre ocupar papel que contivesse “uma supremacia qualquer que fosse”.

Os leitores de Roberto Schwarz já conhecem bem o narrador das *Memórias Póstumas*, cuja prosa entremeada de cabriolas literárias de volatim, defunto e autor, chama tanto a atenção do leitor, que obscurece a observação do panorama brasileiro. Na perspectiva do escravista, a utilidade da vida do professor será relativa como é a de Dona Plácida, por exemplo: Barata deu-lhe as primeiras letras e está associado a um período de desocupação e de puro arbítrio. *As atividades desenvolvidas na escola* – cuja função deveria ser, ao menos no plano da aparência, a formação do intelecto e do sujeito livre pensador – não formam. As brincadeiras ociosas, que deixam saudades, é que acabam por formar *o sujeito da classe dominante para a vida prática*: Brás Cubas vaga desocupado pelas ruas, pelas praias e pelos morros “onde quer que fosse propício a ociosos” – em *viagem à roda da vida*, nas palavras do próprio Machado de Assis a respeito de seu defunto-autor –, despreocupado das lições que terá recebido, retendo apenas “a fraseologia, a casca, a ornamentação” (OC, p.543), como fizera seu tio cônego e como ele próprio fará, concluindo mediocrementemente os estudos superiores, não sem o sonho de ocupar “uma posição superior”, o desejo “de acotovelar os outros, de influir, de gozar, de viver, – de prolongar a Universidade pela vida adiante” (OC, p.540); trata-se, em suma, da “boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto” (OC, p.637). Brás Cubas será superior ao professor Barata e a Quincas Borba, seu colega, por não trabalhar – porque o trabalho só é diretamente associado, na perspectiva do narrador, à degradação física e moral.

Quincas Borba – cuja mãe tinha “alguma cousa de seu” –, por sua vez, ensaia “um papel de rei, ministro, general, uma supremacia qualquer que fosse. Tinha garbo o traquinas, e gravidade, certa magnificência nas atitudes, nos meneios” (OC, p.530). Trata-se do branco dependente, mas paradoxalmente livre, que tomará para si os ademanos da classe dominante e que se recusará ao trabalho, a ponto de tornar-se mendigo. O destino – não o mérito, nem o trabalho – lhe colocará nas mãos uma fortuna distante, de que gozará como membro legítimo das classes dominantes.

Finalmente, Rubião talvez represente, nessa linha de raciocínio, o branco pobre, dependente e submisso, que é incapaz de livrar-se dessa condição, pois apesar de enriquecido, convivendo com baronesas, “sentia-se o mesmo antigo professor de Barbacena” (OC, p.694). Inábil para os empreendimentos pessoais – na medida em que o meio lhes é hostil e em que o mestre de meninos não tem em si o espírito do empreendedor – e assoberbado dos contos de réis que lhe caem nas mãos, Rubião dispõe de sua riqueza para os outros, e subverte o ideal da liberdade de empreender julgando-se “o vencedor”: “Rubião não esquecia que muitas vezes tentara enriquecer com empresas que morreram em flor. Supôs-se naquele tempo um desgraçado, um caipora, quando a verdade era que ‘mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga’. Tanto não era impossível enriquecer, que estava rico”. (OC, p.693)

“Caipora” é o azarado – e a própria cogitação a respeito da *sorte* no que se refere a questões de trabalho e de mérito pessoal já diz muito a respeito da *confusão mental* de Rubião: para ele, uma jogada da sorte (as mortes da irmã e de Quincas Borba) combinada a uma ocupação em que não se diferencia amizade de trabalho (os cuidados médicos para com o filósofo) pode ser equiparada a mérito pessoal (timbrado pelo dito popular e pelas parábolas do Humanitismo). A perversão completa da máxima de Quincas Borba ocorre no capítulo XVIII do romance, de que o fragmento abaixo é exemplar:

Olhou para as calças de brim surrado e o rodaque cerzido, e notou que até há pouco fora, por assim dizer, um exterminado, um bolha; mas que ora não, era um vencedor. Não havia dúvida; as batatas fizeram-se para a tribo que elimina a outra, a fim de transpor a montanha e ir às batatas do outro lado. Justamente o seu caso. Ia descer de Barbacena para arrancar e comer as batatas da capital. Cumpria-lhe ser duro e implacável, era poderoso e forte. (OC, p.654-655)

As “calças de brim surrado e o rodaque cerzido” se opõem diretamente ao cordão de chambre e às chinelas de Túnis do primeiro capítulo. Além disso, Rubião não

“eliminou” ninguém – apenas serviu-se da cordialidade que tinha e dos acasos que se acumularam a seu favor. O mesmo se pode dizer da benevolência com que trata, já rico na Corte, os convivas que lhe frequentam a casa, mesmo sem a sua presença.

Talvez Rubião seja professor não porque ensina, mas porque, por meio dele, as outras personagens *formam-se para a vida prática ou útil*, da mesma forma que ocorrera com Ludgero Barata. Este abriu a Brás Cubas e a Quincas Borba as portas das primeiras letras, favorecendo-lhes, indiretamente, arbítrios e supremacias quaisquer. Rubião é o primeiro discípulo do filósofo do Humanitismo, além de ser o arrimo do enriquecimento do casal Palha e o investidor majoritário da folha de Camacho. Na obra de Machado de Assis, observamos a ocupação docente corrompida em sua *finalidade última*, ao menos nos termos de Kant (2009), ou seja, o abandono corajoso da minoridade à cata da própria autonomia; nessa obra, a docência figura sempre como *intermediação ou passagem* – para os alunos abastados ou para os poucos que conseguem acesso às primeiras letras no Brasil do século XIX, é meio de decorar “as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto” para o convívio social nas “despesas da conversação” (OC, p.543), condição simbólica fundamental do convívio na Corte; talvez seja esse o fim último dos superlativos de José Dias, também ele um pouco professor de Bentinho. Para os professores, por outro lado, a docência é meio de ganhar a vida, jamais uma ocupação formativa para eles ou para os alunos – que, como Brás Cubas, saltam os anos da escola, apenas para lembrar-se da vadiagem com saudades e do professor com a impressão de que este teve *utilidade relativa* em suas vidas ociosas de jovens ricos.

Os últimos dias de Rubião, em Barbacena, são vividos com a frugalidade extrema dos filósofos da escola cínica – para os quais a finalidade da vida é a felicidade virtuosa, livre de bens materiais. Mais uma vez, entretanto, a filosofia clássica está corrompida na narrativa machadiana: Rubião de fato vive a simplicidade e o descaramento da vida canina, acompanhado do fiel Quincas Borba, única herança que lhe resta do legado dilapidado. Mas, se há filosofia nessa imagem, certamente ela não ultrapassará o plano da aparência; em verdade, no delírio extremo da loucura, Rubião “pegou em nada, levantou nada e cingiu nada”, mas via “a insígnia imperial, pesada de ouro, rútila de brilhantes e outras pedras preciosas” (OC, p.804) – como a sinalizar, pela última vez na obra, que o professor pobre de Barbacena (cujos projetos de independência profissional foram corrompidos pelos meneios da Corte que encobrem o escândalo da escravidão e que lhe incutiram a sensação de propriedade) jamais poderá gozar o exercício pleno da liberdade e do pensamento.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1962.
- BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Trad. João Barrento. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.
- FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GLEDSOON, John. *Machado de Assis: Ficção e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?. In: *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas: Forma Literária e Processo Social nos inícios do romance brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- _____. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- TATIT, Luiz. *O Século da Canção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.